

**Apreciação Global**

1 No 1.º semestre de 2011, o saldo global apurado na óptica da contabilidade pública para o conjunto da Administração Central e da Segurança Social atingiu um défice de 3964 M€, melhorando 2023 M€ face ao período homólogo de 2010. Contudo, a análise deste resultado e a sua comparabilidade com os novos objectivos orçamentais revistos na sequência do recente programa de assistência financeira a Portugal, encontra-se prejudicada por diversos factores com impactos de sinal diferente na variação homóloga do saldo global.

2 Entre esses factores destacam-se os seguintes: i) a não actualização dos quadros do Relatório do OE/2011 em conformidade com a revisão em alta da meta para o défice; ii) a inscrição no OE/2011 de uma dotação de 1000 M€, no âmbito do subsector dos Serviços Integrados (SI), para aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010; iii) o efeito de base decorrente do facto da subida da tributação (nos termos da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho) só ter começado a produzir efeitos na receita a partir do 2.º semestre de 2010; iv) a regularização da totalidade das responsabilidades que se previa pagar às concessionárias de infra-estruturas rodoviárias no corrente ano (cerca de 590 M€); v) a ausência de informação completa referente às despesas com pessoal dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) em 2010; e vi) a antecipação da receita relativa à transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), através de uma operação de *factoring*.

**Tabela 1. Execução Orçamental da Administração Central e da Segurança Social**

Subsector	Milhões de Euros		Var. Homóloga		Por memória Taxa cresc. OE/2011 %	
	2010	2011	M€	%		
<b>Administração Central</b>						
Estado	Receita Efectiva	16 651,2	17 445,7	794,5	4,8	6,0
	Despesa Efectiva	24 428,9	23 597,2	-831,8	-3,4	-2,7
	Saldo	-7 777,7	-6 151,5	1 626,3	:	:
SFA	Receita Efectiva	11 011,7	11 567,7	555,9	5,0	-6,9
	Despesa Efectiva	10 169,0	10 461,2	292,3	2,9	-3,0
	Saldo	842,8	1 106,4	263,7	:	:
<b>Saldo da Administração Central</b>						
<b>Segurança Social</b>						
S. Social	Receita Efectiva	11 485,6	11 648,7	163,0	1,4	0,9
	Despesa Efectiva	10 537,4	10 567,6	30,2	0,3	1,1
	Saldo	948,2	1 081,1	132,9	:	:
<b>Saldo da Adm. Central + Seg. Social</b>						
<b>Saldo A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT</b>						
		-5 986,7	-4 396,6	1 590,1	:	:

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. No 1.º semestre de 2011, de acordo com cálculos da UTAO, as despesas com pessoal desses organismos representaram 226,7 M€. | As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010.

3 O saldo apurado no 1.º semestre para aquele conjunto de subsectores representa 43,2% do respectivo défice anual inscrito no Relatório do OE/2011 (48,5%, excluindo a dotação relativa ao material militar de sub-superfície). Para aquele resultado contribuíram sobretudo os subsectores da Segurança Social e dos SFA, cujos saldos apurados até ao momento excedem o valor previsto para o conjunto do ano, compensando assim o facto do défice

dos Serviços Integrados já corresponder a 57,2% do valor anual previsto (63,1%, excluindo a referida dotação).

4 Refira-se que o défice atingido em contabilidade pública (3964 M€) não pode ser comparado com o limite acordado no âmbito do Memorando de Entendimento (5400 M€), dado que este último tem subjacente uma aproximação à óptica da contabilidade nacional, considerando um perímetro de consolidação mais alargado, que inclui algumas empresas públicas.

**Serviços Integrados**

5 O saldo global do subsector dos SI atingiu um défice provisório de 6151 M€ no 1.º semestre do corrente ano, melhorando 1626 M€ em termos homólogos. Esta melhoria teria sido superior em 507 M€, caso a receita e a despesa efectiva tivessem crescido, de forma linear, ao ritmo implícito no OE/2011 para o conjunto do ano (6% no caso da receita e -4,7% no caso da despesa corrigida da dotação relativa ao material militar de sub-superfície – ver Tabela 2).

**Tabela 2. Execução Orçamental do Subsector Estado**

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx. Cresc. OE2011 (%)	Tx. Cresc. OE11 Ajust. *
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)		
<b>1. Receita Corrente</b>	16 325,4	17 204,4	5,4	5,3	5,4	
<b>Receitas fiscais</b>	14 676,3	15 449,2	5,3	4,6	3,8	
<b>Impostos Directos -das quais:</b>	5 646,8	5 753,5	1,9	0,6	1,5	
IRS	3 160,9	3 250,5	2,8	0,5	2,2	
IRC	2 482,2	2 455,5	-1,1	-0,2	-8,9	
<b>Impostos indirectos -das quais:</b>	9 029,5	9 695,7	7,4	4,0	5,4	
IVA	5 826,8	6 644,4	14,0	4,9	9,1	
<b>Receitas correntes não fiscais</b>	1 649,1	1 755,2	6,4	0,6	21,8	
<b>2. Receita de Capital</b>	325,8	241,3	-25,9	-0,5	32,1	
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	16 651,2	17 445,7	4,8	4,8	6,0	
<b>4. Despesa Corrente Primária -da qual:</b>	20 234,1	18 902,5	-6,6	-5,5	-7,0	
Despesas com o pessoal - das quais	5 532,4	5 089,6	-8,0	-1,8	-15,5	
Remunerações Certas e Perman.	4 240,3	3 959,4	-6,6	-1,2	-10,6	
Segurança Social	1 052,3	925,0	-12,1	-0,5	-33,9	
Aquisição bens e serviços correntes	499,8	718,6	43,8	0,9	34,1	
Transferências correntes	13 785,5	12 718,7	-7,7	-4,4	-7,3	
Administrações Públicas	12 210,4	11 219,1	-8,1	-4,1	-7,5	
<b>5. Despesa de Capital</b>	1 214,3	1 693,1	39,4	2,0	5,3	-19,8
Outras transferências de capital	71,3	647,2	2,4	2,4		
<b>6. Despesa Primária (4+5)</b>	21 448,4	20 595,5	-4,0	-3,5	-5,9	-8,1
7. Juros e outros encargos	2 980,5	3 001,6	0,7	0,1	26,7	
<b>8. Despesa Efectiva (6+7)</b>	24 428,9	23 597,2	-3,4	-3,4	-2,7	-4,7
9. Saldo Primário (3-6)	-4 797,2	-3 149,8	:	:	:	
<b>10. Saldo Global (3-8)</b>	-7 777,7	-6 151,5	:	:	:	

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: \* A taxa ajustada exclui a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010. As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010.

6 Decorrida metade do ano, e tendo como referência o previsto no Relatório do OE/2011, identificam-se os seguintes **factores de risco** relativamente à execução orçamental deste subsector:

- O valor do défice atingido corresponde a 57,2% do total previsto para o conjunto do ano (63,1%, se corrigido do efeito respeitante ao material militar de sub-superfície), o que compara desfavoravelmente com 54,4% e 52% verificados nos períodos homólogos de 2010 e 2009, respectivamente;
- Pela primeira vez no corrente ano, o grau de execução da despesa efectiva excedeu o padrão médio dos últimos 4 anos (ver Tabela 3), sendo que a redução homóloga da despesa corrente primária continua aquém da prevista para o conjunto do ano;

— O ritmo de crescimento da receita efectiva continua a revelar uma desaceleração, encontrando-se pela primeira vez abaixo do previsto para o corrente ano. O seu grau de execução foi, também pela primeira vez, inferior ao verificado no período homólogo (menos 0,7 p.p.).

**7** A **receita efectiva** deste subsector aumentou 4,8% em termos homólogos. Contudo, o seu ritmo de crescimento tem registado um abrandamento desde Maio, situando-se agora 1,2 p.p. abaixo da variação implícita no OE/2011. Esta desaceleração não será alheia à contracção que se tem verificado na actividade económica, na sequência da diminuição do consumo privado. Com efeito, à excepção do IVA e do Imposto Único de Circulação, todos os restantes impostos indirectos registaram uma diminuição homóloga.

**8** A **receita fiscal** aumentou 5,3% face a igual período do ano transacto, contribuindo com 4,6 p.p. para o crescimento da receita efectiva. O IVA continua a assumir um papel fundamental nessa evolução, bem patente no facto do contributo daquele imposto ter excedido (em 0,1 p.p.) o aumento da receita efectiva. Contudo, a taxa de crescimento do IVA (14%, ou seja, quase 5 p.p. acima do acréscimo implícito no OE) voltou a beneficiar de um significativo aumento da receita bruta, que continua a estar influenciado por um efeito de base decorrente do facto da subida da taxa normal, nos termos da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, apenas ter tido efeitos na receita a partir de Setembro de 2010. Não será, portanto, expectável a manutenção de uma taxa de crescimento tão elevada até ao final do ano.

**9** A **receita corrente não fiscal** cresceu 6,4%, um ritmo bastante inferior aos 21,8% previstos no OE/2011, o que é explicado pela quebra, até ao momento, dos dividendos recebidos. De acordo com a Síntese da DGO, essa quebra prendeu-se com a não entrega de dividendos pela Caixa Geral de Depósitos e pela Parpública e com a diminuição do contributo do Banco de Portugal.

**10** A **despesa efectiva** dos SI registou uma diminuição homóloga de 3,4%, ligeiramente superior (em 0,7 p.p.) à redução implícita no OE/2011 (embora 1,2 p.p. aquém do objectivo corrigido da dotação respeitante ao material militar de sub-superfície). Aquele resultado encontra-se alicerçado no contributo da despesa corrente primária em 5,5 p.p., que no entanto foi atenuado pelos contributos negativos da despesa de capital e dos "juros e outros encargos" (2,0 e 0,1 p.p., respectivamente). Esses contributos negativos explicam igualmente o decréscimo menos acentuado da despesa efectiva, face ao observado no mês precedente (por memória, -7,2%).

**11** O **grau de execução da despesa efectiva** dos SI foi superior (1,3 p.p.) ao padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos, o que sucedeu pela primeira vez este ano (se exceptuarmos o ligeiro desvio ocorrido no mês de Janeiro). Se, por um lado, o grau de execução da despesa corrente primária continuou a situar-se acima do referido padrão (sobretudo por via das despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços), por outro, a despesa de capital apresentou um desvio de 17 p.p., que resulta da referida regularização de responsabilidades de anos anteriores e da também já mencionada alteração orçamental.

**12** Note-se que, mesmo corrigido do efeito da regularização de responsabilidades de anos anteriores às concessionárias de infra-estruturas rodoviárias, o grau de

execução da despesa efectiva seria superior em 0,7 p.p. face ao referido padrão.

**Tabela 3. Desvio face ao padrão médio de execução orçamental (p.p.)**

	Jan.11	Fev.11	Mar.11	Abr.11	Mai.11	Jun.11
<b>Despesa Efectiva</b>	0,4	-0,3	-0,9	-1,4	-2,1	1,3
1. Despesa Corrente Primária	1,0	0,7	0,5	0,8	1,3	1,3
Despesa Pessoal	1,2	1,2	1,3	2,2	3,0	4,3
Remun. Certas e Permanentes	0,6	0,8	0,9	1,4	2,1	1,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,6	0,5	-0,1	0,1	-1,1	-1,1
Segurança Social	4,7	4,5	4,5	6,9	8,7	13,2
Aq. Bens e Serviços	0,8	2,4	4,2	5,2	6,1	6,9
Trf. Correntes	0,9	0,2	0,3	-0,1	0,7	0,6
Subsídios	0,3	0,7	0,4	1,8	-1,4	-1,0
Outra desp. Corrente	-1,0	-2,1	-8,9	-10,6	-16,6	-19,0
2. Despesa de Capital	-1,3	-2,8	-4,3	-6,2	-7,4	17,0
3. Juros	-1,6	-3,1	-5,5	-10,1	-18,7	-10,0

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: O padrão médio de execução representa a média aritmética simples dos graus de execução dos 4 anos anteriores, tal como apurados pela DGO. Um desvio negativo significa que o grau de execução apurado encontra-se abaixo daquele referencial médio. Um desvio positivo significa o oposto.

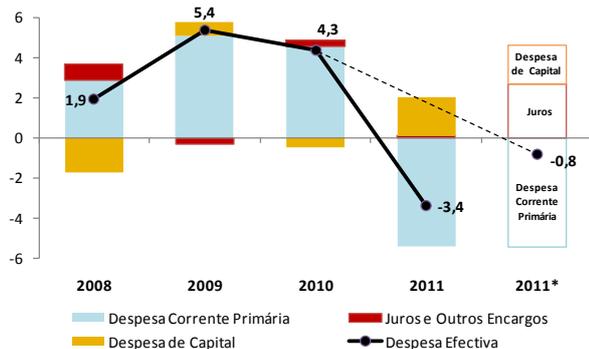
**13** A **despesa corrente primária** registou a maior redução homóloga acumulada do ano (-6,6%), mas encontra-se ainda aquém da diminuição implícita no OE/2011 (7%). Destaca-se o decréscimo das "**transferências correntes para outros subsectores das Administrações Públicas**" e das despesas com o pessoal, com contributos de 4,1 e 1,8 p.p., respectivamente, para a redução da despesa efectiva dos SI. Refira-se, porém, que o ritmo de redução daquelas transferências (-8,1%), foi superior ao que se encontra previsto para o conjunto do ano (-7,5%), na sequência de um menor grau de execução da transferência do OE a título de contribuição financeira para a CGA, face ao registado no período homólogo.

**14** A variação homóloga das "**despesas com pessoal**" (-8%) encontra-se aquém do objectivo implícito no OE/2011 (-15,5%), sendo que o montante da redução corresponde a cerca de ¼ do previsto para o conjunto do ano. Em termos comparáveis, as despesas com pessoal registam uma diminuição de 2,5%, dado que, expurgando, no período homólogo de 2010, os encargos com saúde suportados pela ADSE que este ano foram objecto de reclassificação, o subagrupamento "Segurança Social" passaria a apresentar um acréscimo de 24,7% (ao invés de uma diminuição de 12,1%). Não obstante uma parte daquela variação resultar da introdução da contribuição patronal para a ADSE a partir do corrente ano, a maior parte desse acréscimo é justificada por um aumento da despesa dos serviços do Ministério da Educação (escolas básicas e secundárias), a título de contribuições para a Segurança Social.

**15** Os "**juros e outros encargos**" aumentaram 0,7% em termos homólogos, uma variação ainda bastante aquém do previsto no OE/2011 (26,7%). Com efeito, o grau de execução deste agrupamento encontra-se 10 p.p. abaixo do respectivo padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos (ver Tabela 3), apesar de no mês de Junho ter sido contabilizado cerca de 1/3 do total inscrito no OE/2011.

**16** Para efeitos de comparabilidade, refira-se que, se os "juros e outros encargos" tivessem apresentado um grau de execução igual ao referido padrão, ou tivessem sido pagos de forma uniforme (em 2010 e 2011), em ambos os casos a despesa efectiva ter-se-ia reduzido apenas 0,8% (em vez de 3,4%), pois seria superior ao verificado em 631 e 643 M€, respectivamente.

**Gráfico 1 – T/vha da despesa (%) e respectivos contributos (p.p.) no 1.º semestre**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: \* No pressuposto que os "Juros e outros encargos" tivessem sido pagos de forma uniforme em 2010 e 2011 ou tivessem seguido o mesmo padrão médio de execução dos 4 anos precedentes.

17 A partir da informação que se encontra disponível sobre as datas de pagamento de cupões de Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e as respectivas taxas de cupão, é possível estimar um montante de despesas com juros de cerca de 3250 M€ entre os meses de Janeiro e Junho, valor que contrasta com os 3001,6 M€ contabilizados em despesa pública. Esta estimativa da UTAO encontra-se, ainda assim, subavaliada, pois não considera os juros de outros instrumentos de dívida de curto prazo.

18 A **despesa de capital** registou uma variação homóloga de 39,4%, tendo as "outras transferências de capital" contribuído com 2,4 p.p. para que a redução da despesa efectiva não tenha sido mais acentuada. Essa variação deveu-se ao facto de já ter sido regularizada a totalidade das responsabilidades de anos anteriores que se previa pagar às concessionárias de infra-estruturas rodoviárias no corrente ano (cerca de 590 M€). De acordo com a DGO, em contabilidade nacional, esta operação já foi imputada às necessidades de financiamento das Administrações Públicas relativas a anos anteriores.

19 A referida variação homóloga da despesa de capital situou-se bastante acima dos 5,3% implícitos no OE/2011, mas há que ter em conta que aquele objectivo tinha subjacente a já referida dotação de 1000 M€ para aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010. Corrigido desse efeito, o objectivo seria uma diminuição de 19,8%.

20 No mês de Junho, a referida dotação para material militar foi objecto de uma alteração orçamental, tendo sido integralmente anulada por contrapartida de igual reforço da despesa não efectiva (destinada à **concessão de empréstimos de curto prazo a entidades públicas**), pelo que a execução orçamental, na óptica da contabilidade pública, irá beneficiar de uma margem de 1000 M€, face ao que se encontrava inicialmente inscrito no OE/2011. Porém, caso estes apoios à tesouraria de empresas públicas (cuja execução ascende a 1276 M€) assumam um carácter permanente de auxílio financeiro, poderão, à luz das regras das contas nacionais, vir a configurar a natureza de transferências de capital com impacto no défice e dívida pública, o que eleva o risco da execução orçamental (em contas nacionais) no corrente ano.

#### Encargos Assumidos e Não Pagos

21 Os Encargos Assumidos e Não Pagos (EANP) apresentaram, desde o início do ano, um acréscimo de 282,5 M€. Embora no 1.º trimestre os EANP tenham

aumentado 362,5 M€, no 2.º trimestre registaram uma redução de 80,7 M€.

22 Para essa redução contribuiu essencialmente a diminuição da despesa por pagar a título de transferências de correntes para entidades que não integram as Administrações Públicas (63,6 M€) e de aquisição de bens e serviços (34,8 M€). Verificou-se, contudo, um aumento da despesa por pagar no âmbito dos agrupamentos "Despesas com o pessoal" e "aquisição de bens de capital", respectivamente em 21 M€ e 17,8 M€.

**Tabela 4. Encargos Assumidos e Não Pagos (variação acumulada desde o início do ano, M€)**

	Jan.11	Fev.11	Mar.11	Abr.11	Mai.11	Jun.11
<b>Despesa Corrente Primária ANP - dq</b>	<b>152,9</b>	<b>247,9</b>	<b>323,6</b>	<b>252,9</b>	<b>193,7</b>	<b>236,4</b>
Despesa com Pessoal - das quais	-1,2	71,4	104,4	108,9	93,7	125,4
Rem. Certas e Permanentes	-2,6	12,2	35,6	36,8	12,9	39,0
Segurança Social	1,2	58,5	67,5	70,2	78,0	84,9
Aq. de Bens e Serviços	26,3	49,0	81,3	59,8	44,7	46,5
Transf. Correntes - da qual:	124,5	123,4	132,2	77,7	54,2	56,6
Para fora das Adm. Públicas	114,8	118,4	112,4	59,1	52,4	48,8
<b>Despesa de Capital ANP - da qual:</b>	<b>-3,2</b>	<b>13,1</b>	<b>38,6</b>	<b>78,2</b>	<b>71,4</b>	<b>45,7</b>
Aq. de Bens de Capital	-9,8	2,7	7,9	51,3	48,1	25,7
Transf. Capital - da qual:	6,5	10,4	30,7	26,9	23,3	20,1
Para fora das Adm. Públicas	0,2	3,9	26,9	23,5	20,5	17,3
<b>Juros</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,3</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>
<b>Despesa Efectiva ANP</b>	<b>149,6</b>	<b>261,0</b>	<b>362,5</b>	<b>331,6</b>	<b>265,7</b>	<b>282,5</b>
<b>Var. Homóloga da Desp. Efectiva ANP</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>205,9</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>95,6</b>

Fonte: DGO, Sistema aplicacional SIGO. | Nota: ANP designa "assumidos e não pagos". A tabela apresenta a variação de EANP, desde o início do ano para um conjunto de 312 Serviços Integrados (91% do universo total), sendo o stock inicial de 266,7 M€. Em função do universo disponível para análise, os valores apurados diferem sensivelmente dos apresentados em anteriores notas. O cálculo da variação homóloga da despesa de ANP teve por base um universo coincidente de 259 serviços (74%). Para uma leitura e entendimento mais completo desta informação, ver a [Nota Mensal de Maio](#).

#### Serviços e Fundos Autónomos

23 A análise da execução orçamental dos SFA encontra-se prejudicada pela ausência de reporte, em 2010, de informação relativa a despesas com pessoal de um conjunto de estabelecimentos de saúde. Este efeito, não mensurável para o ano de 2010, torna incomparável a execução orçamental dos SFA, prejudicando as comparações homólogas referentes à despesa e ao saldo.

**Tabela 5. Execução Orçamental dos SFA**

	Milhões de Euros		T/vha (%)	Contr. p/ T/vha (p.p.)		Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
<b>1. Receita Corrente</b>	<b>10 529,5</b>	<b>10 478,7</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>-2,4</b>	<b>0,2</b>
Contribuições p/ S. Social, CGA e ADSE	1 699,7	1 741,4	2,5	0,4	.	0,0
Taxas, multas e outras penalidades	426,2	606,4	42,3	1,6	0,0	n.d.
Transferências correntes	7 831,8	7 479,1	-4,5	-3,2	-2,3	n.d.
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>482,2</b>	<b>1 089,0</b>	<b>125,8</b>	<b>5,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-55,1</b>
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>11 011,7</b>	<b>11 567,7</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>-2,3</b>	<b>-6,9</b>
<b>4. Despesa Corrente</b>	<b>9 680,5</b>	<b>9 879,6</b>	<b>2,1</b>	<b>2,0</b>	<b>1,4</b>	<b>-3,7</b>
Despesas com o pessoal	1 200,1	1 382,4	15,2	1,8	1,5	0,2
Aquisição de bens e serviços	3 932,7	3 856,1	-1,9	-0,8	1,2	-12,6
Transferências correntes	4 164,9	4 429,7	6,4	2,6	-0,1	1,5
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>488,5</b>	<b>581,7</b>	<b>19,1</b>	<b>0,9</b>	<b>0,3</b>	<b>10,7</b>
Outras transferências de capital	324,7	430,4	32,5	1,0	0,1	n.d.
<b>6. Despesa Efectiva (4+5)</b>	<b>10 169,0</b>	<b>10 461,2</b>	<b>2,9</b>	<b>2,9</b>	<b>1,7</b>	<b>-3,0</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>842,8</b>	<b>1 106,4</b>				

Ajustamento pela operação de cessão de créditos  
(Contabilizada como Receita de Capital/Transf. de Capital a favor da CGA)

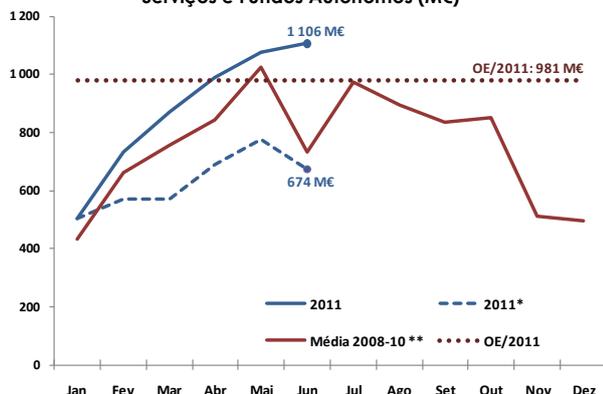
	2010	2011	T/vha (%)	Contr. p/ T/vha (p.p.)
Transf. de Capital da PT, S.A. para a CGA	0,0	432,7		
Receita de Capital Ajustada	482,2	656,3	36,1	1,6
Receita Efectiva Ajustada	11 011,7	11 135,0	1,1	1,1
Saldo Global Ajustado	842,8	673,7		

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. No 1.º semestre de 2011, de acordo com cálculos da UTAO, as despesas com pessoal desses organismos representaram 226,7 M€. | As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010.

24 No 1.º semestre de 2011 a execução orçamental do subsector dos SFA apresentou um excedente orçamental de 1106,4 M€. Tal como já referido, este resultado

encontra-se influenciado pela antecipação de receita no valor de 432,7 M€ prevista ocorrer até ao final do ano. Ajustado desse efeito, o saldo ascenderia a 673,7 M€. Esta operação financeira consistiu numa cessão de créditos à Caixa Leasing e *Factoring* – Instituição Financeira de Crédito, S.A.. Este montante foi contabilizado como receita de capital, a favor da CGA, na sequência da referida operação, que teve por base a transferência do fundo de pensões da PT Comunicações para a CGA. De acordo com as condições definidas àquela data (Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro) as transferências de capital da PT Comunicações para a Caixa Geral de Aposentações totalizarão, em 2011, 450 M€, valor ao qual acrescem juros. Não são conhecidos mais detalhes sobre esta operação, nomeadamente sobre o tipo de *factoring* (com ou sem recurso) e sobre os custos incorridos pela antecipação deste encaixe financeiro.

**Gráfico 2. Evolução do Saldo Global do subsector Serviços e Fundos Autónomos (M€)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Notas: \* Excluindo a receita antecipada no 1.º semestre de 2011, no âmbito da incorporação dos Fundos de Pensões da PT Comunicações na CGA (432,7 M€). \*\* Excluindo, em Dezembro/2010, a verba respeitante à incorporação dos Fundos de Pensões da PT Comunicações na CGA, no valor de 1882,1 M€.

O saldo de 2010 encontra-se sobre-estimado pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde.

**25** Em termos não ajustados, a receita efectiva cresceu 5% relativamente ao período homólogo (1,1% se considerarmos o referido ajustamento), o que compara favoravelmente com o decréscimo de 6,9% implícito no OE/2011, face à Conta Geral do Estado (CGE) de 2010.

**26** Neste âmbito há que salientar dois aspectos (ver Tabela 5):

- A receita corrente (que representa a quase totalidade da receita efectiva) apresenta uma evolução negativa, diminuindo 0,5% no 1.º semestre de 2011, aquém do implícito no OE/2011 face à CGE/2010 (0,2%);
- A operação de antecipação de receita, que representa 5,5 p.p. do crescimento de 5% da receita efectiva, permitiu manter a evolução deste agregado numa trajectória de crescimento mais acentuada.

**27** Relativamente à referida ausência de reporte, em 2010, das despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, a DGO refere que, em termos comparáveis, a despesa com pessoal dos restantes SFA reduziu-se em 3,7% (uma diminuição inferior à apresentada no mês anterior). De acordo com esta

informação foi possível à UTAO quantificar em cerca de 226,7 M€ (16,4% do total das despesas com pessoal dos SFA) o montante de despesas com pessoal, reportadas em 2011 e para as quais não existe termo de comparação em 2010.

**28** As despesas com o agrupamento "aquisição de bens e serviços" diminuíram em termos homólogos 1,9%, invertendo a tendência verificado até Maio, ficando, contudo, aquém da redução de 12,6% implícita no OE/2011.

## Segurança Social

**29** No 1.º semestre de 2011 o subsector da Segurança Social registou um saldo global positivo de 1081,1 M€, o que representa uma melhoria de 132,9 M€ face ao período homólogo de 2010.

**30** No mês de Junho a evolução da receita inverteu a situação verificada no mês anterior, situando-se a taxa de variação homóloga da receita efectiva 0,5 p.p. acima do objectivo implícito no OE/2011 (0,9%), mantendo-se do lado da despesa efectiva uma margem favorável de 0,8 p.p. face ao previsto (1,1%), (Tabela 6).

**31** Ao nível da receita destaca-se o contributo positivo das receitas provenientes de transferências do Fundo Social Europeu (4 p.p.) e das contribuições e quotizações (1,3 p.p.). Em sentido contrário, a redução das transferências do OE, no valor de 502,9 M€ teve um impacto negativo na variação da receita em 4,3 p.p.;

**32** Ao nível da despesa, tal como nos meses anteriores, verificou-se uma variação homóloga negativa das prestações sociais (contributo negativo de 1,4 p.p.), decorrendo da redução da despesa com subsídio familiar a crianças e jovens, subsídio de desemprego e rendimento social de inserção. Contudo, em sentido contrário, verificou-se um crescimento homólogo da despesa com pensões (1,7 p.p.), nomeadamente nas pensões por velhice (2,0 p.p.). A despesa com acções de formação profissional apresentou um crescimento positivo (1,9 p.p.).

**Tabela 6. Execução Orçamental da Segurança Social**

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
<b>1. Receita Corrente - da qual:</b>	<b>11 462,6</b>	<b>11 646,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>0,8</b>
Contribuições e quotizações	6 479,8	6 634,1	2,4	1,3	4,7
Transf. correntes da Ad. Central	3 941,5	3 442,5	-12,7	-4,3	-12,3
Transf. do Fundo Social Europeu	246,6	707,0	186,7	4,0	47,8
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>23,1</b>	<b>2,7</b>	<b>-88,3</b>	<b>-0,2</b>	<b>52,2</b>
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>11 485,6</b>	<b>11 648,7</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>0,9</b>
<b>4. Despesa Corrente - da qual:</b>	<b>10 530,1</b>	<b>10 559,0</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>1,1</b>
Prestações Sociais	9 453,1	9 302,2	-1,6	-1,4	-0,4
Pensões, das quais:	5 961,8	6 136,9	2,9	1,7	2,9
— Velhice	4 482,3	4 697,0	4,8	2,0	3,1
Sub. familiar a crianças e jovens	503,9	344,8	-31,6	-1,5	-23,9
Sub. desemprego e apoio ao emp.	1 163,7	1 038,9	-10,7	-1,2	-7,1
Rendimento Social de Inserção	283,5	209,9	-26,0	-0,7	-23,1
Acções de Formação Profissional	565,9	767,5	35,6	1,9	31,5
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>7,4</b>	<b>8,6</b>	<b>16,7</b>	<b>0,0</b>	<b>35,2</b>
<b>6. Despesa Efectiva (4+5)</b>	<b>10 537,4</b>	<b>10 567,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>1,1</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>948,2</b>	<b>1 081,1</b>			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010.

Os documentos da UTAO encontram-se disponíveis em <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XILEG/5COF/Paginas/UTAO.aspx>